

Aperto em 4 frentes

GAZETA MERCANTIL

20 JAN 1986

Economia - Brasil

por Celso Pinto
de Brasília

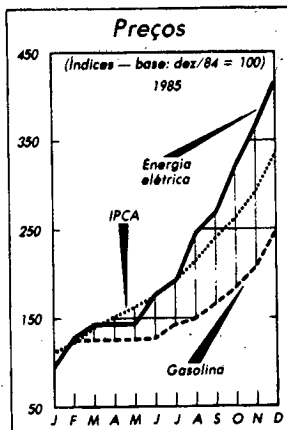
O governo resolveu articular uma contra-ofensiva à alta dos preços que possa reverter a tendência recente de aceleração inflacionária. O objetivo é conseguir, em fevereiro, uma taxa razoavelmente inferior aos 14% esperados para este mês.

O plano de ação envolve pelo menos quatro "fronts": um aperto no controle dos preços industriais; a suspensão temporária da política de concessão de aumentos reais de tarifas; uma agilização das medidas na área de abastecimento; e a manutenção de uma liquidez financeira que impeça uma alta dos juros.

Um dos pontos mais complicados é o aperto sobre os

preços industriais, o que, inevitavelmente, gera reclamações e desgastes. A idéia original, estudada desde o ano passado, era fazer uma profunda alteração na estrutura de funcionamento do Conselho Interministerial de Preços (CIP). A coordenação do conselho iria para o Ministério da Fazenda, que passaria a formular os princípios de uma política de preços industriais e agrícolas a ser executada pelos órgãos responsáveis.

O projeto gerou resistências e discussões internas no governo. Por esta razão, continua estacionado na fase de estudos. Como, no entanto, a questão inflacionária passou a exigir uma atenção redobrada, a intenção é levar adiante a idéia de uma política mais estrita de controle de preços in-



Fonte: DNASE, IBGE, CNP e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

na saltado um degrau e esteja, hoje, mais próximo dos 12% do que dos 10% do ano passado.

O importante, de toda forma, é impedir que o processo fuja ao controle ou que se cristalizem expectativas de que isto poderá acontecer. Como contrapartida ao aperto sobre os preços industriais, o governo está disposto a atuar sobre dois de seus custos mais importantes: os preços administrados e os juros.

A questão dos preços e tarifas públicas é delicada. O orçamento das empresas estatais pressupõe o reajuste das tarifas acima da

(Continua na página 3)

dustriais, mesmo sem a mudança formal do CIP.

Esta atitude mais dura do CIP "já está em vigor", como disse uma alta fonte da área econômica a este jornal. Os preços industriais têm-se mantido razoavelmente estáveis, já desde o ano passado. A inflação mensal tem oscilado bastante, para cima ou para baixo, muito mais em função do comportamento dos preços agrícolas, ou dos preços administrados, do que em consequência dos preços industriais.

O que se quer é impedir que os desastrosos efeitos que a seca no Sul do País teve sobre a inflação acabem incorporados aos preços em geral. A Fazenda acredita que ainda é possível tentar estabilizar a inflação ao redor dos 10% ao mês, em que se havia acomodado antes da explosão provocada pelos preços agrícolas. É bom registrar que vários economistas supõem que, neste processo, o patamar inflacionário te-

• Nacional

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia Aperto em 4 frentes

por Celso Pinto
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

inflação como condição imprescindível para o equilíbrio de suas contas. A política de contenção artificial dos preços públicos, em meados do ano passado, abriu rombos em algumas empresas, como a Petrobrás, que até hoje são difíceis de ser cobertos.

De outro lado, contudo, pondera-se que, se o governo resolver superpor ao violento choque provocado pela seca outro choque gerado por aumentos reais de tarifas, estará acrescentando gasolina à fogueira. Ao menos enquanto durar o período mais crítico dos problemas de preços agrícolas, o governo deverá evitar esta disposição de conceder aumentos reais de preços e tarifas públicas, ainda que isso pressione um pouco o déficit público.

No "front" dos juros, as baterias começaram a disparar na quinta-feira, com a eliminação do depósito compulsório sobre os depósitos a prazo dos bancos. Com isso, a liquidez deverá ser ampliada o suficiente para enfrentar as pressões exercidas por bancos e empresas, em janeiro, pelo pagamento antecipado do Imposto de Renda. Em consequência, espera-se que se reverta a tendência recente de acentuada aceleração dos juros nos papéis prefixados (principalmente em razão da expectativa de alta da inflação) e ligeira ascensão das taxas dos títulos pós-fixados.

A redução no compulsório ajudará, necessariamente, a inchar os números da base monetária (já que é um de seus componentes). Até agora, o comportamento, em janeiro, tem sido razoável, com uma expansão ao redor de 1,4% em relação a dezembro.

O número deve ser visto com cuidado: em janeiro sempre há um forte recuo nos números da base monetária e meios de pagamento, inflados pela aceleração sazonal das atividades do último trimestre do ano. Normalmente, o número de janeiro apresenta queda em relação a dezembro.

Outra área onde é necessário atenção é a do déficit público. Na realidade, o governo já vem apertando o ritmo de liberação de recursos do Tesouro desde o final do ano passado. Estima-se que existam hoje, nas gavetas da Fazenda, cerca de US\$ 200 milhões em empréstimos externos autorizados para estados e municípios e ainda não liberados.

A unificação orçamentária, que retirou algumas contas que, tradicionalmente, operavam quase em aberto e sem limite no orçamento monetário, para o âmbito do orçamento da União, já foi um primeiro passo no sentido de facilitar o controle sobre os recursos do Tesouro. O grande passo para afinar esse controle só será possível quando for aprovada a criação da Secretaria do Tesouro, que centralizará, na Fazenda, todas as contas de despesa e receita dos recursos do Tesouro e eliminará, em definitivo, o papel do Banco do Brasil como autoridade monetária.

Até que isso aconteça, a ideia é monitorar os gastos do Tesouro de forma a evitar uma aceleração do déficit público. Em janeiro, as perspectivas não são ruins. Para uma receita estimada em Cr\$ 23 trilhões, os gastos salariais, por exemplo, somam cerca de Cr\$ 7 trilhões.

O fato de boa parte das medidas do "pacote" fiscal corresponder à antecipação da receita fiscal faz com que seu grau de eficácia real dependa da variação inflacionária. Quanto mais alta a inflação, especialmente no primeiro semestre, menor será o ganho real de algumas medidas, como a transformação do Imposto de Renda de pessoas jurídicas de anual em semestral.

No governo, a questão não preocupa tanto. Em primeiro lugar, porque o "pacote" embutiu, propositalmente, uma subestimativa de receita que pudesse constituir uma margem de segurança para surpresas desfavoráveis. Quando o ministro Dilson Funaro fala na previsão de um déficit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para o setor público neste ano (em termos operacionais), sabe que tem, na retaguarda dos cálculos, uma folga equivalente a cerca de 1% do PIB. Em outros termos, se tudo correrse como o previsto, seria possível fechar 1986 não com um déficit de 0,5%, mas com um superávit de 0,5 a 1% do PIB.

Além disso, o governo não aceita a hipótese de uma aceleração inflacionária brusca. Se a inflação bater em índices muito altos durante um ou dois meses, o governo certamente reagirá com novas medidas, como está tentando fazer agora.

De todos esses pontos importantes para o controle inflacionário, talvez o mais crítico, e sobre o qual existe menos clareza no governo, seja a questão salarial. Os sindicatos já começaram a esboçar sua lista de reivindicações, e ela é inaceitável para Brasília. Na análise da área econômica, não seria possível sequer manter o mesmo nível de recomposição de salários reais, observado no ano passado, sem que houvesse uma pressão inflacionária.

Espera-se, contudo, que as demandas sejam ainda maiores do que em 1985. No setor público, por exemplo, o governo concedeu, no ano passado, aumentos reais ao redor de 12% e já está preparado para conviver, neste ano, com demandas de aumentos reais de pelo menos 15% e sabendo que não pode dar, teoricamente, muito mais de 6%.